



EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
 CNPJ nº 10.319.371/0001-94

Relatório da Administração

A EBTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:
Dados operacionais: 2022 2021
 Disponibilidade (%) 99,88% 100,00%
 A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P & D:**

Em 2022, a EBTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2021/2022; 2. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Aumentada Para Treinamento e Auxílio à Manutenção; 3. Machine Learning e fadiga multiarticular para cabos condutores; fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão e 4. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série.

Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2022, os resultados da EBTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	15.561	38.595
EBITDA	41.103	54.094

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da EBTE. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais
 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota 31/12/2022		31/12/2021			Nota 31/12/2022		31/12/2021	
						(Em milhares de reais)			
Ativo					Passivo				
Ativo Circulante					Passivo Circulante				
Contas a receber da caixa	4	18.045	11.248		Formadores	7	13.761	23.159	
Investimentos de curto prazo	5	10.920	7.921		Formadores		3.094	2.997	
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.147	3.367		Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.235	6.313	
Ativo contratual da concessão	6	49.986	46.770		Outros tributos a pagar		2.712	1.924	
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		2.658	933		Encargos regulatórios	12	8.388	7.469	
Outros tributos compensáveis		932	932		Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	6.123	5.729	
Adiantamento a fornecedores		4.895	4.832		Outros passivos	9	21.956	13.441	
Outros ativos		1.912	2.666				59.046	62.240	
		92.495	78.669		Passivo Não Circulante				
Ativo Não Circulante					Debêntures e arrendamento mercantil	7	94.782	61.037	
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.805	568		Provisão para demandas judiciais	10	35.412	40.183	
Ativo contratual da concessão	6	500.557	480.124		Encargos regulatórios	8	308	26	
Outros ativos		265	262		Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	61.318	58.815	
Imobilizado		341	425		Provisão para compensação ambiental		8.581	11.521	
Intangível		11	10		Outros passivos	9	—	416	
		503.979	481.389				200.401	171.998	
Total do Ativo		596.474	560.058		Total do Passivo		259.447	234.238	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Reserva de lucros		Reservas		Proposta de distribuição de dividendos		Lucros	
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros adicionais	Acumulados	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	278.726	2.583	10.901	—	55.274	—	347.484	
Pagamento de dividendos adicionais propostos	—	—	—	—	(55.274)	—	(55.274)	
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	—	—	2.204	—	—	(2.204)	—	
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(7.469)	(7.469)	
Dividendos intermediários	—	—	—	—	—	(3.000)	(3.000)	
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	31.406	—	—	(31.406)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	278.726	4.787	10.901	31.406	—	—	325.820	
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	—	—	—	(19.000)	—	—	(19.000)	
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	38.595	38.595	
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	—	1.930	—	—	—	(1.930)	—	
Incentivo fiscal	—	—	3.112	—	—	(3.112)	—	
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	(6.388)	(6.388)	
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	25.165	—	—	(25.165)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	278.726	6.717	14.013	37.571	—	—	337.027	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022		31/12/2021	
	(Em milhares de reais)			
Lucro líquido do exercício	15.561	38.595	15.561	38.595
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	15.561	38.595	15.561	38.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
 31 de dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A. A EBTE possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo Vigência (anos)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
011/2008	30	até RAP (*)	05/06/2010

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL, e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclo, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067 de 12/07/2022. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$65.289. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EBTE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1 Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: O negócio da Companhia apresenta receita prevista, reajustada pela inflação (IPCA) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes de seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes de seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes de seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes de seus investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração em 15 de março de 2023. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da EBTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Julgamentos, estimativas e pressuposições contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e pressuposições baseadas em fatos objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e pressuposições são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e pressuposições incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. Contabilização dos contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a EBTE efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da EBTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicadas em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo/capital individual dos projetos. Quanto ao Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a EBTE tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da

infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela Variável)** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual tem direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de Implementação de Infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de melhoria. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção têm início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura. A receita de operação e manutenção é reconhecida na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicadas em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo/capital individual dos projetos. Quanto ao Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a EBTE tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da

infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela Variável)** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	114	166
Aplicações financeiras	18.931	11.082
	19.045	11.248

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média 95,42% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (92,01% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2022, a EBTE possui saldo de R\$10.920 referente ao Fundo de Investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 100,84% do CDI (R\$7.921 em 31 de dezembro de 2021 remunerado em média por 104,53% do CDI).

6. ATIVO CONTRATUAL DA CONCESSÃO

Movimentação do ativo contratual da concessão:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	491.654	
Receita de operação e manutenção	11.964	
Remuneração do ativo contratual da concessão	81.380	
(-) Parcela variável	(1.424)	
Realização do ativo contratual (recebimento)	(56.680)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	526.894	
Receita de operação e manutenção	12.967	
Remuneração do ativo contratual da concessão	63.524	
(-) Parcela variável	(9.325)	
Realização do ativo contratual (recebimento)	(57.679)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500.557	
Ativo contratual da concessão - circulante	49.986	
Ativo contratual da concessão - não circulante	500.557	
Total circulante e não circulante	550.543	

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A EBTE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de ativos subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022		31/12/2021	
	(Em milhares de reais)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	34.860	64.021		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	34.860	64.021		
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	113	74		
Juros e variação monetária	14.358	6.063		
Provisões para contingências	(26)	5		
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	2.897	4.316		
	52.202	74.479		
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(1.017)	706		
Ativo contratual da concessão	(23.649)	(35.240)		
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(1.725)	489		
Outros ativos	688	252		
	(25.703)	(33.793)		
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	97	110		
Encargos regulatórios	772	—		
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.481	(442)		
Provisão para compensação ambiental	(2.953)	(2.110)		
Outros passivos	8.099	3.720		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.807)	(3.260)		
	689	(1.962)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27.188	38.704		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações de investimentos curto prazo	(2.999)	(7,921)		

→ continuação

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 10.319.371/0001-94

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.2 Reservas de lucro: 13.2.1 **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.717 (R\$4.787 em 31 de dezembro de 2021). 13.2.2 **Reserva de incentivo fiscal:** Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$14.013 (R\$10.901 em 31 de dezembro de 2021). 13.2.3 **Reserva de retenção de lucros:** Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$37.571 (R\$31.406 em 31 de dezembro de 2021). **13.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da EBTE, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	38.595	44.079
Incentivo fiscal	(3.112)	—
Constituição da reserva legal	(1.930)	(2.204)
Base de cálculo de dividendos	33.553	41.875
Dividendos intermediários	—	(3.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.388)	(7.469)
Reserva de retenção de lucros	(25.165)	(31.406)
Saldo de lucros acumulados	—	—

	31/12/2022	31/12/2021
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
Receita operacional bruta	81.328	91.920
Receita de operação e manutenção	12.967	11.964
Receita de implementação de infraestrutura	9.162	—
Remuneração do ativo contratual da concessão	63.524	81.380
(-) Parcela variável	(4.325)	(1.424)
Deduções da receita operacional	(10.049)	(11.753)
PIS	(1.283)	(1.517)

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(5.821)	(6.986)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.115)	(2.390)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(505)	(492)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(325)	(368)
Receita operacional líquida	71.279	80.167

	31/12/2022	31/12/2021
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	3.543	812
Receita de aplicações financeiras	3.360	642
Juros ativos	14	74
Outras receitas financeiras	169	96
Despesas financeiras	(14.549)	(6.296)
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	(14.240)	(4.837)
Variação monetária	(118)	(1.226)
Outras despesas financeiras	(191)	(233)
Resultado financeiro líquido	(11.006)	(5.484)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.860	64.021
Alíquota fiscal	34%	34%
11.852	21.767	
(-) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	11.236	11.852
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(18.411)	(15.889)
Despesas e provisões indedutíveis	3.350	858
IFRS 15 O&M e pis-cofins-grg-taxa	(3.537)	(9.933)
Outras	(23)	(23)
4.467	8.632	
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(4.771)	11.875
Incentivo Fiscal	(3.112)	—

	31/12/2022	31/12/2021
Lei Rouanet/Esporte/FIA	—	(246)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(319)	(319)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.735)	19.942
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.036)	(8.067)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.771	(11.875)
Taxa efetiva (i)	-10,72%	31,15%

(i) A Companhia obteve o incentivo fiscal (SUDAM) em 2022 para o Imposto de Renda conforme mencionado na nota explicativa 3.10.2. Este incentivo resulta em uma redução da alíquota média do imposto de renda diferido, calculado principalmente sobre o ativo contratual da concessão.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a EBTE não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** • Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado. • Equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado. • Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado. • Debêntures e arrendamento mercantil, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) **Hierarquia do valor justo:** A EBTE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A EBTE classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

como nível II. c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da EBTE podem ser assim identificados: • **Risco de crédito** - a EBTE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.300 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a EBTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; • **Risco de preço** - as receitas da EBTE são nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; • **Risco de taxas de juros** - a atualização do contrato de debênture da EBTE está vinculada a variação do CDI; • **Risco de liquidez** - a principal fonte de caixa da EBTE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A EBTE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

A Diretoria

Contador: Angelo Piovezan - CRC 1SP293614

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional

de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 550.543 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfecida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos proje-

tos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemen-

te se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Eduardo Wellichen
Contador CRC SP-184050/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 17/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/BRAS1568277017032023.pdf Hash:1679000881525915edef0f4da19ea641dfa182d3b1